# SERVICO PÚBLICO FEDERAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO E PESQUISA

RESOLUÇÃO Nº 1.258 - DE 1º DE AGOSTO DE 1985

EMENTA: Aprova o Curso de Mestrado em Ciên cias Biológicas — área de concentra ção Zoologia.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, no uso das atribuições que 1he conferem o Estatuto e o Regimento Geral, e em cumprimento às decisões dos egrégios Conselhos Superiores de Ensino e Pesquisa e de Administração, em sessões realizadas, respectivamente, nos dias 1º/08/85 e 16/10/85, promulga a seguinte

# RESOLUÇÃO:

- Art. 1º Fica aprovado o Curso de Mestrado em Ciências Biológicas (área de concentração Zoologia), sob a responsabilidade do Centro do Ciências Biológicas, da Universidade Federal do Pará e do Museu Paraense Emílio Goeldi, destinado a conferir ao candidato habilitado o título de Mestre em Ciências Biológicas (área de concentração Zoologia), tendo, entre ou tros objetivos fundamentais, aprofundar a formação científica de seus estudantes, capacitando-os para a pesquisa e a docência.
- Art. 2º O Curso de Mestrado em Ciências Biológicas (área de concentração Zoologia) da Universidade Federal do Pará e Museu Paraense Emílio Goeldi, se organizará e funcionará de conformidade com o Regulamento anexo, parte integrante e inseparável desta Resolução.
- Art. 3º A parte orçamentária será analisada, a cada exercício, pelo Conselho Superior de Administração.
- Art. 4º Esta Resolução passa a vigorar a partir da data de sua aprovação.

Reitoria da Universidade Federal do Pará, em 16 de outubro de 1985.

Prof. Dr. JOSE SEIXAS LOURENÇO
Reitor

Presidente

do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa

#### CURSO

## DE MESTRADO

#### E M

## CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

(área de concentração Zoologia)

#### REGULAMENTO

## CAPITULO I

## DAS FINALIDADES

- Art. 1º O Curso de Mestrado em Ciências Biológicas, do Centro de Ciências Biológicas, da Universidade Federal do Pará e Museu Paraense Emílio Goeldi, destina-se a conferir ao candidato habilitado o título de Mestre em Ciências Biológicas (área de concentração Zoologia), tendo como objetivos fundamentais:
  - a) aprofundar a formação científica de seus estudantes, ca pacitando-os para a pesquisa e a docência;
  - b) aprimorar os recursos exegéticos imprescindíveis à execução de atividades científicas;
  - c) estimular o espírito de publicação cuidadosa de monografias ou teses;
  - d) oferecer à comunidade científica, através de seminários, painéis e instrumentos similares, em forum de debates de alto nível em torno da temática mais atualizada da Biologia (Zoologia).

# CAPITULO II

# DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- Art. 2º Para todos os efeitos administrativos, fica o Curso de Mestrado em Ciências Biológicas (Zoologia) da Universidade Federal do Pará e Museu Paraense Emílio Goeldi subordinado à Direção do Centro de Ciências Biológicas.
- Art. 3º O Colegiado do Curso é o órgão de coordenação didático-cien tífica do Curso de Mestrado em Ciências Biológicas (Zoologia), sendo constituído pelos seguintes membros:
  - I três (3) professores da UFPA vinculados ao Corpo Do cente do Curso;



- II três (3) professores (pesquisadores do MPEG) vincula dos ao Corpo Docente do Curso;
- III representação discente na forma da lei.
- Paragrafo único. Os professores aos quais se referem os in cisos I e II deste artigo serão indicados pelos Diretores do Centro de Ciências Bio lógicas da UFPA e MPEG, para um mandato de dois (2) anos (art. 149, § 3º do Recimento Geral), podendo ser reconduzido ape nas uma vez.
- Art. 4º O Colegiado terá um (1) Coordenador e um (1) Vice-Coordena dor, a quem também competem as funções administrativas do Curso, eleitos na forma dos arts. 87 e 191 do Regimento Geral.
  - § 1º O Coordenador e Vice-Coordenador serão designados, para um mandato de dois anos, pelo Reitor, ouvidos o Diretor do Centro de Ciências Biológicas, o Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação e o Diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi, através de escolha em lista tríplice, indicada pelo Colegiado do Curso de Mestrado, dentre professores integrantes do mesmo, que tenham comprovada vivência nos campos da pesquisa e da pós-graduação.
  - § 2º O Coordenador e Vice-Coordenador podem ser reconduzi dos, uma vez, ou mais vezes quando materialmente im possível a substituição.
- Art. 5º O Colegiado reunir-se-ã, ordinariamente, uma (1) vez ao mês e, extraordinariamente, quando convocado pelo Coordena dor ou mediante solicitação expressa de dois terços (2/3) de seus membros.
- Art. 6º O Colegiado somente se reunirá com a maioria absoluta de seus membros.
- Art. 7º Os serviços de apoio administrativo serão prestados pela Secretaria, orgão subordinado diretamente ao Coordenador do Curso.
- Art. 8º Integram a Secretaria, além do Secretário, os servidores e estagiários designados para desempenho das tarefas administrativas.
- Art. 9º Ao Secretário, por si ou por delegação a seus auxiliares, incumbe:
  - a) mater atualizados e devidamente resguardados os ficha



rios do Curso, especialmente os que registrem o curricu lum escolar dos mestrandos;

- b) secretariar as reuniões de Colegiado do Curso;
- c) secretariar as sessões destinadas à defesa de disserta ção de mestrado;
- d) expedir aos professores e mestrandos os avisos de  $rot \underline{i}$  na:
- e) exercer tarefas próprias de rotina administrativa e  $o\underline{u}$  tras que lhe sejam atribuídas pelo Coordenador.
- Art. 10. A Secretaria manterã, sob a responsabilidade de funcion<u>á</u> rios especialmente designados, um setor de apoio às ativ<u>i</u> dades didáticas, constantes de material audio-visual e de estantes operacionais para a manutenção da Biblioteca Set<u>o</u> rial.
  - § 1º O material audio-visual deverá estar sempre em perfei ta ordem e disponível para uso mediante requisição de professores e mestrandos.
  - \$ 2° As estantes operacionais conterão um acervo bibliogr $\underline{\tilde{a}}$  fico constituído de obras básicas e periódicos indicados pelos professores.

## CAPITULO III

## DO COLEGIADO

- Art. 11. São atribuições do Colegiado do Curso (art. 152 do Regimen to Geral):
  - I compatibilizar os planos de ensino e supervisionar sua execução;
  - II escolher a lista tríplice para indicação do Coorde cador e Vice-Coordenador do Curso;
  - III apreciar e aprovar os programas das disciplinas referentes ao Curso;
    - IV fixar as linhas prioritárias de pesquisa para os períodos letivos;
      - V indicar professores para o exercício do magistério no Curso de Mestrado, após análise dos curriculum vitae;
    - VI solicitar aos Departamentos competentes a atribu<u>i</u> ção de carga horária de professores para o exerc<u>í</u> cio do magistério no Curso;
  - VII indicar ao Conselho Superior de Ensino e Pesquisa, através da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Gradua ção, Bancas Examinadoras de dissertação;

St

- VIII constituir Banca para exame de qualificação dos alu nos que satisfaçam o número de créditos exigido pelo currículo pleno;
  - IX reconhecer créditos obtidos em outras instituições;
  - X apreciar e aprovar os relatórios fornecidos pela
     Banca Examinadora;
  - XI julgar os pedidos de transferências, trancamento e cancelamento de matrículas;
  - XII conhecer dos recursos de alunos e da representação discente referentes a assunto didático, encaminhan do-os, quando for o caso, aos órgãos competentes;
- XIII estabelecer critérios e números de vagas para a se leção de candidatos ao Curso;
  - XIV propor ao Conselho Superior de Ensino e Pesquisa alterações ao Regulamento do Curso;
    - XV propor convênios e projetos com outros setores da Universidade, ou com outras instituições;
  - XVI apreciar o relatório anual do Curso, encaminhando--o à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, atra vés do Diretor do Centro de Ciências Biológicas;
- XVII propor ao Reitor, em parecer fundamentado, pelo voto de dois terços (2/3) dos seus membros, a destituição do Coordenador e/ou do Vice-Coordenador;
- XVIII propor através da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, ao Conselho Superior de Ensino e Pes
  quisa e ao Conselho Superior de Administração da
  Universidade alterações na programação acadêmica
  e/ou orçamentária do Curso.

## CAPITULO IV

#### DO COORDENADOR E VICE-COORDENADOR

- Art. 12. Compete ao Coordenador, na forma do artigo 192 do Regimen to Geral da Universidade Federal do Pará:
  - I presidir as reuniões do Colegiado;
  - II submeter ao Colegiado modificações no plano do Cur so e encaminhar a proposta consequente aos orgãos competentes para aprovação;
  - III orientar, coordenar e fiscalizar a execução dos planos aprovados, tomando ou propondo aos orgãos competentes as medidas adequadas;
    - IV exercer a supervisão do funcionamento do Curso;
      - V manter contatos e entendimentos com organizações na



- cionais e estrangeiras interessadas em fomentar o desenvolvimento de Cursos de Pós-Graduação;
- VI compatibilizar junto aos departamentos competentes a disposição da carga horária dos professores do Curso;
- VII administrar as finanças do Curso e fazer as respectivas prestações de contas ao Colegiado;
- VIII propor ao Colegiado convênios de assistência finan ceira com organizações nacionais e internacionais;
  - IX elaborar o Manual de Pós-Graduação, contendo calendario escolar, normas de inscrição e seleção, currículo, corpo docente, ementas das disciplinas e linhas de pesquisa;
  - X tomar as medidas necessárias à divulgação do Curso;
  - XI encaminhar, ao fim de cada período letivo, ao Depar tamento de Registro e Controle Acadêmico (DERCA) os conceitos e frequências nas diversas disciplinas;
  - XII decidir sobre requerimento de alunos, quando envolverem assuntos de rotina administrativa;
- XIII adotar, em casos de urgência, providências indispensáveis no âmbito do Colegiado, ad referendum deste, ao qual as submeterá no prazo de sete (7) dias.
- Art. 13. Compete ao Vice-Coordenador substituir o Coordenador em suas faltas e impedimentos.

# CAPITULO V

# DA INSCRIÇÃO

- Art. 14. Serão admitidos à inscrição ao Curso de Mestrado em Ciências Biológicas (Zoologia) os graduados em Ciências Biológicas e áreas afins.
- Art. 15. O candidato apresentará a Secretaria do Curso na época fixada pelo calendário os seguintes documentos:
  - a) formulário de inscrição devidamente preenchido;
  - b) histórico escolar do curso de graduação;
  - c) curriculum vitae, devidamente comprovado, abordando apenas: identificação pessoal, títulos científicos e acadê micos, produção intelectual e experiência profissional;
  - d) carta proposta, especificando: interesse, objetivos e perspectivas relativas ao Curso.
- Art. 16. A análise do pedido de inscrição do candidato será feita por uma Banca de Seleção, composta de quatro (4) membros,

a qual levará em conta, além do desempenho acadêmico e profissional do candidato, a avaliação da potencialidade do mesmo para a realização de pesquisa e estudos aprofundados. Parágrafo único. Os membros da Banca de Seleção e seus su plentes serão designados pelo Colegiado do Curso.

## CAPITULO VI

#### DA SELEÇÃO

- Art. 17. O Colegiado do Curso promoverá a seleção dos candidatos através da Banca de Seleção a que se refere o artigo anterior, com obediência às normas a seguir:
  - I O candidato será submetido aos seguintes exames:
    - a) avaliação do Curriculum Vitae, com atribuição de graus de zero (0) a dez (10);
    - b) entrevista realizada pela Banca de Seleção para os efeitos de verificação das condições referidas nos artigos 14 e 15, com atribuições de graus de zero (0) a dez (10);
    - c) interpretação de um texto em inglês;
    - d) prova escrita através da qual possa ser julgado pe la Banca de Seleção, o nível de conhecimento do candidato sobre Biologia Geral e Zoologia Geral, com atribuição de graus de zero (0) a dez (10).
  - II Serão obedecidos os seguintes critérios de avaliação:
    - a) será calculada a média dos graus obtidos nos exames constantes das alíneas a, e e d no inciso I deste artigo, devendo o candidato obter o grau mínimo de sete (7);
    - b) como critério de desempate, serão atribuídos pontos aos títulos e atividades, da seguinte forma:
      - a cada diploma de outro curso de nível superior devidamente reconhecido, serão atribuídos cinco (5) pontos;
      - 2. para nomeação, em consequência de concurso público, para exercício de cargo relacionado com a área escolhida, serão atribuídos cinco (5) pontos:
      - 3. ao exercício do magistério em nível superior se rão atribuidos dez (10) pontos;
      - 4. a cada trabalho publicado, conforme o valor con siderado pela Banca de Seleção, serão atribuídos

12

pontos de zero (0) a dez (10);

- 5. pela participação em congressos, seminários e encontros vinculados ao campo da Zoologia, a critério da Banca, serão atribuídos pontos de zero (0) a cinco (5);
- 6. pela aprovação em cursos de especialização serão atribuídos três (3) pontos e em cursos de atualização ou extensão um (1) ponto;
- 7. para a avaliação do rendimento acadêmico referente ao curso de graduação em Biologia, a critério da Banca, serão atribuídos pontos de cinco (5) a dez (10).

Parágrafo único. Não caberá recursos das decisões da Banca de Seleção no que diz respeito à aplica ção dos critérios estabelecidos neste ar tigo.

Art. 18. Caberá ao Colegiado do Curso fixar o número de vagas em cada seleção dependendo do seu quadro de orientadores e a existência de condições para a realização de pesquisas em função dos recursos alocados dentro de cada exercício.

## CAPITULO VII

## DA MATRICULA E INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

- Art. 19. A matrícula do Curso de Mestrado em Ciências Ciológicas (Zoologia) será processada de acordo com o disposto no Regimento Geral, nas Resoluções pertinentes promulgadas pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa e em consonância com as determinações deste Regulamento.
- Art. 20. A matrícula será feita na Secretaria do Curso, dentro do prazo fixado pelo Colegiado.
- Art. 21. O aluno deverá apresentar no momento da matrícula carta de aceite de um Professor Orientador aprovada pelo Colegiado do Curso.
- Art. 22. A desistência do Curso por vontade expressa do aluno, ou abandono, não lhe confere direito à volta ao programa, ain da que não esgotado o prazo máximo.

  Parágrafo único. Considera-se abandono de Curso a não ma trícula em qualquer período letivo, sem
- Art. 23. Até trinta (30) dias após o efetivo início do período letivo, poderá o aluno requerer trancamento de matrícula em dis

motivos justificáveis.

ciplinas. Para além desse prazo, o trancamento depende de motivo relevante, apreciado pelo Colegiado. Em qualquer ca so, o retorno ficará condicionado à abservância do regime escolar então em vigor.

Art. 24. Será recusada a matrícula ao aluno que tiver interrompido seus estudos por dois (2) semestres letivos consecutivos ou três (3) intercalados.

Paragrafo único. Na mesma regra incide o aluno que ultra passar o prazo máximo de integralização curricular.

- Art. 25. A integralização do Curso de Mestrado deverá ser realizada no mínimo em dois (2), e no máximo em oito (8) semestres letivos.
- Art. 26. O candidato poderá solicitar ao colegiado a contagem de créditos obtidos em Curso de Pós-Graduação de outras instituições (art. 93 do Regimento Geral), em número nunca superior a um terço (1/3) do total exigido para obtenção do titulo correspondente.
  - § 1º O reconhecimento dos créditos a que se refere o caput deste artigo será concedido a critério do Conselho Su perior de Ensino e Pesquisa, na forma do artigo 93 do Regimento Geral da Universidade.
  - § 2º Tratando-se de Curso de Especialização em Zoologia, rea lizado pela Universidade Federal do Pará e Museu Paraense Emílio Goeldi no período de 10 de setembro a 14 de dezembro de 1984, fica assegurado ao aluno que tenha integralizado o currículo pleno, o direito acon tagem dos créditos respectivos para aproveitamento no Curso de Mestrado.
  - § 3º Em qualquer caso, para a concessão dos critérios referidos neste artigo, devem ser cumpridas as seguintes exigências:
    - a) compatibilidade do conteúdo das disciplinas;
    - b) compatibilidade da carga horária das disciplinas cujos créditos forem requisitados com a das disciplinas cujos créditos foram obtidos.
- Art. 28. Concluidos os créditos relativos as disciplinas constantes das áreas a que se refere o § 1º do artigo 45 deste Regula mento e esgotado o prazo máximo aludido no artigo 25, dian te da impossibilidade de o aluno apresentar a dissertação de mestrado, os créditos obtidos garantem direito a um (1) certificados de especialização.

# CAPITULO VIII

## DO CORPO DOCENTE

- Art. 28. O corpo docente do Curso será constituído por professores portadores do título de Livre Docente ou Diploma de Doutor, obtido em instituição nacional ou estrangeira, reconhecido na forma da Lei.
  - § 1º Em casos especiais, a critério do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa, poderão ser admitidos ao corpo docente do Curso professores que, não preenchendo es requisitos deste artigo, sejam:
    - a) portadores de Diploma de Mestre com alta qualifica
       ção científica;
    - b) reconhecidos como possuidores de notório saber por sua experiência e conhecimento em seu campo de ati vidade.
  - § 2º O número de professores a que se refere o parágrafo an terior não poderá ultrapassar de vinte e cinco por cen to (25%) do total de docentes do Curso.
- Art. 29. Qualquer alteração no corpo docente do Curso de Mestrado em Ciências Biológicas (Zoologia) será apreciada pelo Colegiado que, após a análise do curriculum vitae do docente, quando se tratar de inclusão ou substituição, recomendará, em parecer fundamentado, ao Conselho Superior de Ensino e Pesquisa, através da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.
- Art. 30. 0 corpo docente do Curso de Mestrado em Ciências Biológicas (Zoologia) fica constituido dos seguintes professores:

  a) Professores permanentes:
  - Ademar Gomes Bandeira, Doutor em Ciências;
  - David Conway Oren, Ph. D.;
  - Fernando da Costa Novaes, Doutor em Ciências;
  - Horácio Schneider, Doutor em Ciências;
  - José Seixas Lourenço, Ph. D.;
  - Manoel Ayres, Livre Docente;
  - Pierre Jaisson, Doutor em Ciências;
  - Raymundo de Mendonça Dias, Doutor em Ciências;
  - Regina Maria Barros, Doutor em Ciências;
  - Terezinha Valin Gonçalves, Mestre em Ciências;
  - William Leslie Overal, Ph. D.;
  - William Michael Gouldinf, Ph. D.;

14

- b) Professores convidados:
  - Antônia Cecilia Z. do Amaral, Doutor em Ciências;
  - Fernando Ávila Pires, Doutor em Ciências;
  - Helci Ana de Carvalho Pinheiro, Doutor em Ciências;
  - Iracema Andrade Nascimento, Doutor em Ciências;
  - Jocélia Grazia, Doutor em Ciências;
  - José Maria Barata, Ph. D.;
  - Juarez Jorge Santos, Doutor em Ciências;
  - Keith Spalding Brown Junior, Ph. D.;
  - Mohamed Ezz El-Din Mostafa Habid, Doutor em Ciências;
  - Nelson Papavero, Doutor em Ciências;
  - Nicolau Maues Serra Freire, Doutor em Ciências;
  - Norma Maria B. Gomes, Doutor em Ciências;
  - Paulo Friedrich Bührnheim, Doutor em Ciências;
  - Pe. Jesus Santiago Moure, Ph. D.;
  - Pierre Charles Georges Montouchet, Doutor em Ciências;
  - Reimar Schaden, Ph. D.;
  - Renato Contin Marinoni, Ph. D.;
  - Warwick Estevão Kerr, Ph. D.;
  - Woodruff W. Benson, Ph. D.

## CAPITULO IX

## DA ORIENTAÇÃO

- Art. 31. O aluno terá um Professor Orientador aprovado pelo Colegia do do Curso, com as seguintes atribuições:
  - I elaborar juntamente com o estudante o seu programa de curso;
  - II opinar sobre o trancamento de matrícula;
  - III opinar sobre cancelamento de matrícula em disciplina;
  - IV auxiliar o mestrando na escolha do tema da disserta ção;
    - V acompanhar as tarefas de pesquisa, de preparo e de redação da dissertação;
  - VI presidir a Banca Examinadora da dissertação do mestrando.
  - § 1º Ao aluno é garantida a liberdade de escolha de seu orientador, assegurado, contudo, o enquadramento do tema da sua dissertação no campo específico do conhecimento e da disponibilidade do professor escolhido.
  - § 2º O professor orientador poderá desobrigar-se da incum bência da orientação, mediante autorização do Colegia do do Curso, à vista de relatório circunstanciado so

(8)

bre as causas da desistência.

- § 3º Aplicar-se-a a mesma regra no caso de o mestrando so licitar a substituição do orientador.
- \$49 O professor orientador deverá possuir o título de Doutor.
- § 5º Professores e/ou pesquisadores de outras instituições científicas poderão funcionar como co-orientadores à distância, na falta de especialistas da área do conhecimento científico no local do Curso.

#### CAPITULO X

## DA VERIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM E DAS CONDIÇÕES DE APROVAÇÃO

- Art. 32. O sistema de créditos, pré-requisitos e modo de verifica ção da aprendizagem será feito com base no estabelecido pe lo Regimento Geral da Universidade Federal do Pará.
- Art. 33. O controle da integralização curricular será feito pelo sistema de crédito-hora, na forma do artigo 58 do Regimento Geral.
  - § 1º Crédito é a soma de tarefas, consideradas unidade de trabalho, atribuídas durante um semestre ou trimestre letivo ao aluno matriculado em determinada disciplina.
  - § 2º Cada crédito-aula corresponderá a quinze (15) semanas de uma hora-aula-teórica, na disciplina considerada, durante um semestre ou oito (8) semanas de duas (2) horas num trimestre.
  - § 3º A hora de crédito não poderá abranger menos de cinquenta (50) minutos de trabalho efetivo.
- Art. 34. Compete ao Colegiado do Curso propor ao Conselho Superior de Ensino e Pesquisa, quando necessário, mudança do número mínimo de créditos para o curso respectivo, assim como do número mínimo por disciplina.
- Art. 35. Entender-se-á por pré-requisito uma ou mais disciplinas cu jo estudo, com o necessário aproveitamento, seja exigido para matrícula em nova disciplina.

  Parágrafo único. O Colegiado do Curso poderá determinar a exigência de requisitos paralelos para de terminadas disciplinas.
- Art. 36. A verificação do rendimento geral do ensino será feita por disciplina, mediante trabalhos ou provas, sem prejuízo, para efeito de conclusão do Curso, da elaboração e defesa da dissertação.

- Art. 37. Nas avaliações, levar-se-ão em conta, pelo menos, os se guintes fatores básicos:
  - a) apuro lógico e clareza de pensamento do estudante;
  - b) conhecimento geral acumulado e conhecimento específico na área sob exame;
  - c) forma e linguagem das exposições.
- Art. 38. Será considerado aprovado o aluno que obtiver, em cada dis ciplina, conceito igual ou superior a BOM e, pelo menos, noventa e cinco por cento (95%) de freqüência às ativida des programadas.
- Art. 39. 0 aproveitamento do aluno, em cada disciplina cursada, se rá expresso em conceitos, de acordo com a seguinte escala:
  - 0,0 0,4 = Sem Rendimento, equivalente a zero ponto
  - 0,5-1,4 = Mau, equivalente a um (1) ponto
  - 1,5 2,4 = Insuficiente, equivalente a dois (2) pontos
  - 2,5 3,4 = Regular, equivalente a três (3) pontos
  - 3,5 4,4 = Bom, equivalente a quatro (4) pontos
  - 4,5 5,0 = Excelente, equivalente a cinco (5) pontos.
- Art. 40. A aprovação na disciplina investe o aluno no direito aos créditos correspondentes à mesma.
- Art. 41. O candidato será desligado do Curso na ocorrência de uma das seguintes hipóteses:
  - a) tiver ultrapassado o prazo máximo estipulado para a integralização no Curso, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 25;
  - b) tenha sido reprovado (conceito inferior a R ou falta de freqüência) em três (3) ou mais disciplinas;
  - c) seja reprovado na mesma disciplina por duas (2) vezes;
  - d) tenha praticado fraude nos trabalhos de verificação de aprendizagem ou tenha tentado alterar o registro escolar.
- Art. 42. O requerimento de revisão de provas ou trabalhos escolares será dirigido ao Coordenador do Curso que o indeferirá, 1<u>i</u> minarmente:
  - a) se não estiver devidamente justificado;
  - b) se não tiver sido apresentado tempestivamente.
- Art. 43. O requerimento formalmente acolhido terá o seguinte proces samento:
  - a) será enviado pelo Coordenador ao Colegiado do Curso, que designará uma Comissão Revisora composta de três (3) do centes da qual fará parte o professor que ministrou a



- disciplina, salvo escusa pessoal ou motivo de força maior;
- b) a Comissão Revisora oferecerá parecer por escrito, devidamente justificado, o qual será submetido à aprovação do Colegiado do Curso.
- Art. 44. Não será processado qualquer pedido de revisão apresentado à Secretaria do Curso, quarenta e oito (48) horas após a publicação dos resultados na forma usual.

## CAPITULO XI

## DO CURRÍCULO PLENO

- Art. 45. O elenco de disciplinas do Curso de Mestrado em Ciências Biológicas (Zoologia) se caracteriza por grande flexibili dade com os programas didáticos desenvolvidos de acordo com os horários e calendários estabelecidos pelo Colegiado.
  - § 1º O Currículo Pleno do Curso compreende, em sua estrutura, três (3) areas fundamentais, a saber:
    - a) Area Nuclear
    - b) Área de Concentração
    - c) Area de Domínio Conexo
  - § 2º Integram a área nuclear as disciplinas que, no âmbito do ensino e da pesquisa, representam o suporte básico e indispensável ao desenvolvimento do conteúdo programático do Curso.
  - § 3º Consideram-se disciplinas da área de concentração as que compõem o campo específico dos programas de Ciên cias Biológicas Zoologia.
  - § 4º Integram a area de domínio conexo as disciplinas que apresentam estreita relação com o campo da Biologia.
- Art. 46. Caberá ao Colegiado do Curso definir eventuais modificações nas disciplinas da área nuclear, as da área de concentração e as da área de domínio conexo, cujos programas serão submetidos ao exame e à aprovação pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa.
  - § 1º Todas as diciplinas que compõem a área nuclear e as de domínio conexo (obrigatórias) terão de ser cursa das pelo aluno.
  - § 2º Para integralização curricular o aluno terá de obter dez (10) créditos em disciplinas optativas, sendo se te (7) créditos de disciplinas da área de concentração e três (3) créditos de disciplinas de domínio conexo.

Art. 47. O número de disciplinas que o aluno poderá cursar em cada semestre letivo, será fixado pelo Colegiado do Curso.

# CAPITULO XII

# ESTRUTURA CURRICULAR

Art.	48.	O Currículo Pleno do Curso de Mestrado em Ciências	Bi	01 <u>ó</u>
		gicas (Zoologia) compreende os seguintes níveis:		
		I - Disciplinas obrigatórias (40 CR):	CR	CH
		a) Area Nuclear (35 CR):		
		- Fundamentos Práticos de Taxonomia Zool <u>ó</u>		
		gica.	04	60
		- Bases Genéticas da Evolução Animal.	04	60
		- Taxonomia Númerica.	04	60
		- Sistemática Evolutiva (Zoologia Evolutiva).	03	45
		- Sistemática Filogenética.	04	60
		- Biogeografia.	03	45
		- Biometria.	04	75
		- Levantamento e Análise de Fauna.	03	60
		- Redação e Ilustração Científica.	03	60
		- Ecologia.	03	60
		b) Domínio Conexo (5 CR):		
		- Didática da Zoologia na Escola Superior.	04	60
		- Filosofia das Ciências Naturais.	01	15
		- Estudos de Problemas Brasileiros.	*	
	<pre>II - Disciplinas Optativas (10 CR):</pre>			
		a) Área de Concentração (7 CR):		
		- Ecologia da América do Sul.	04	60
		- Evolução.	04	60
		- Biologia e Sistemática dos Cordados.	03	60
		- Malacologia.	03	60
		- Entomologia.	03	60
		- Protozoologia.	03	60
		- Carcinologia.	03	60
		- Comportamento Animal.	03	60
		- Zoologia Marinha.	03	60
		- Zoologia de Invertebrados Límnicos.	04	75
		- Ictiologia.	04	60
		- Herpetologia.	04	60
		- Ornitologia.	04	60
		- Topicos Especiais em Zoologia.	02	30
		- Princípios de Controle Biológico.	03	60
		- Paleozoologia	04	60



	- Citogenética e Evolução Cromossômica.	03	60
	- Helmintologia.	03	60
	- Mastrozoologia.	03	60
b)	Área de Domínio Conexo (3 CR):		
	- Recursos Naturais da Amazônia.	03	45
	- Aspectos Geológicos e Paleontológico		
	em Sistemática Zoológica.	03	45

<sup>\*</sup> Disciplina obrigatória porém sem crédito.

## CAPITULO XIII

## DO PLANO DE PESQUISA

Art. 49. O Colegiado do Curso estabelecerá as normas e prazos para entrega do plano de pesquisa.

## CAPITULO XIV

#### DO EXAME GERAL DE QUALIFICAÇÃO

Art. 50. Cumpridos os requisitos a que se referem os incisos I e II do artigo 56 o aluno se submeterá ao Exame Geral de Qualificação, que consistirá em uma aula pública.

Parágrafo único. O exame de qualificação ficará a cargo de

uma comissão de três (3) professores, in cluído obrigatoriamente o Orientador.

- Art. 51. O exame de qualificação será prestado até o término do primeiro semestre letivo seguinte ao da integralização do currículo pleno do Curso.
- Art. 52. Cada membro da comissão fornecerá seu parecer por escrito que deverá obedecer, além da justificação, a emissão de con ceito de acordo com os seguintes critérios:

I	-	Ap <b>rov</b> ado	Valor numérico		
		(E) Excelente	4,5 - 5,0		
		(B) Bom	3, 5 - 4, 4		
		(R) Regular	2,5 - 3,4		
II	-	Rejeitado			
		(I) Insuficiente	1,5 - 2,4		
		(M) Mau	0,5 - 1,4		
		(S/R) Sem Rendimento	0,0-0,4		

Art. 53. A Comissão Examinadora deverá emitir, através dos pareceres dos seus membros o Parecer Final, resultado da média aritmética dos valores numéricos concedidos pelos examina



dores, obedecidos os critérios estabelecidos no artigo anterior.

- Art. 54. O parecer de cada membro e o Parecer Final da Comissão Examinadora deverão ser encaminhados à Coordenação do Curso até sete (7) dias após o recebimento do resultado, para efeito de homologação pelo Colegiado e imediata divulgação.
- Art. 55. Ocorrendo a hipótesse de a Comissão Examinadora atribuir ao aluno conceito inferior a Regular (R), relacionará, em seu Parecer Final, as razões da decisão e fixará prazo que não poderá exceder a um semestre letivo, para a realização de um segundo e último exame geral de qualificação.

## CAPITULO XV

## DA CONCESSÃO DO DIPLOMA

- Art. 56. Fará jús ao Título de Mestre em Ciências Biológicas (Zoologia) o candidato que satisfizer as seguintes condições:
  - I For aprovado no exame de proficiência em um idioma estrangeiro (Inglês);
  - II Obtiver aprovação em disciplinas do curso, totalizan do um mínimo de cinquenta (50) créditos de disciplinas, assim distribuídos:
    - a) trinta e cinco (35) créditos obtidos em disciplinas obrigatórias da área nuclear;
    - b) cinco (5) créditos em disciplinas obrigatórias de domínio conexo;
    - c) sete (7) créditos em disciplinas optativas da área de concentração; e
    - d) três (3) créditos em disciplinas optativas da área de domínio conexo;
  - III For aprovado no exame de qualificação.
    - IV Obtiver aprovação da sua dissertação de mestrado.
    - V Preencher todas as demais exigências deste Regulame $\underline{\mathbf{n}}$  to.

# CAPITULO XVI

#### DO JULGAMENTO DE DISSERTAÇÃO

Art. 57. O aluno deverá produzir seu trabalho de dissertação em observância às condições de fundo e de forma, previstas no projeto de pesquisa, inclusive no que diz respeito ao prazo de entrega.



- Paragrafo único. A elaboração do trabalho deverá contar com o acompanhamento do professor orientador.
- Art. 58. Com observância ao disposto no artigo 20 e seu parágrafo único, a defesa da dissertação será requerida pelo candida to através de seu orientador ao Colegiado do Curso.
  - § 1º Caberá ao Colegiado marcar a data da realização do exame no prazo mínimo de sessenta (60) e máximo de no venta (90) dias, após o requerimento do candidato, ame xando dez (10) exemplares da dissertação impressa ou multigrafada.
  - § 2º A dissertação deve ser redigida em língua portuguesa contendo um resumo em inglês.
- Art. 59. A dissertação será julgada por Comissão Julgadora constituída por três (3) docentes especialistas, sendo dois (2) escolhidos pelo Colegiado do Curso e o Orientador do Mestrando, ao qual caberá a presidência.

  Parágrafo único. Constituída a Comissão Julgadora pelo Colegiado do Curso, será a mesma encaminha da para aprovação pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa.
- Art. 60. O julgamento da dissertação de mestrado será feito em ses são pública, na qual o candidato exporá ao examinador que deverá argüir o candidato durante vinte (20) minutos, sen do facultado ao candidato igual prazo para resposta.

  Parágrafo único. Cada membro da comissão julgadora expres sará o seu julgamento mediante a atribuição de conceitos, obedecendo a escala referida no artigo 52.
- Art. 61. O diploma de Mestre em Ciências Biológicas (Zoologia) será conferido ao candidato que, na defesa da dissertação, haja obtido conceito não inferior a Regular (R), por parte de, pelo menos, dois membros da Comissão.
- Art. 62. Somente por unanimidade e diante da excepcional produção intelectual e científica revelada na dissertação e pelo de sempenho na defesa, a comissão julgadora, ao atribuir ao candidato o conceito Excelente (E), poderá acrescentar a referência Summa cum laude.
- Art. 63. O diploma de Mestre será requerido pelo aluno e assinado pelo Reitor, pelo Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, pelo Coordenador do Colegiado e pelo aluno, ficando sua ex pedição sujeita às normas regulamentares incumbido ao interessado o pagamento das taxas cabíveis.

## CAPITULO XVII

#### RECURSOS FINANCEIROS

- Art. 64. Os recursos financeiros serão provenientes de dotações o<u>r</u> çamentárias:
  - a) da Universidade Federal do Pará, destinados aos programas de pós-graduação;
  - b) do Museu Paraense Emílio Goeldi;
  - c) doações e subvenções de outros orgãos e entidades públicas ou privadas; e
  - d) Agências de financiamento de projetos de ensino e pes quisa.

## CAPITULO XVIII

## DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

- Art. 65. A Coordenação do Curso tomará as providências necessárias para manter o órgão central de registro acadêmico informa do da vida escolar de seus alunos.
- Art. 66. Os casos omissos no presente Regulamento, serão resolvidos pelo Colegiado.
- Art. 67. Enquanto não estiver estabelecido o Colegiado de Curso em definitivo, a Coordenação do Curso de Mestrado em Ciências Biológicas (Zoologia) será exercida:
  - I Por um Colegiado provisório constituído por seis (6) professores do Curso, sendo três (3) da Universidade Federal do Pará e três (3) do Museu Paraense Emílio Goeldi, indicados, respectivamente, por seus Diretores e designados pelo Reitor;
  - II Por um Coordenador pro-tempore designado pelo Reitor;
  - III O Colegiado provisório funcionará como órgão didático-científico durante a instalação e período inicial de funcionamento do Curso de Mestrado em Ciências Biológicas (Zoologia) até sua definitiva implantação, quando então, deverá ser constituído o Colegiado do Curso na forma prevista no presente Regulamento.
- Art. 68. O número de vagas para 1985 está fixado em dez (10).
- Art. 69. Os professores orientadores para 1985 serão indicados pe lo Colegiado, antes da matrícula.
- Art. 70. O espaço físico para o funcionamento do Colegiado, Coorde nação e Secretaria do Curso de Mestrado em Ciências Biolo

gicas (Zoologia) será na Universidade Federal do Pará.

Art. 71. Este Regulamento entrará em vigor na data de sua homologa ção pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da Univer sidade Federal do Pará, revogadas as disposições em contr<u>á</u> rio.

